



## **Racismo: o retrocesso das expressões explícitas em contexto de adoção de políticas de ações afirmativas (cotas raciais)**

*Racism: the retrogress of explicit expressions in the context of adopting affirmative action policies (racial quotas)*

Patrícia da SILVA<sup>1</sup>

Universidade Federal do Acre (UFAC)

Marcos Emanuel PEREIRA<sup>2</sup>

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

**RESUMO:** O presente trabalho visa analisar a influência do contexto da adoção da política de cotas para negros nas universidades públicas nas expressões do racismo. Em três contextos 1) sem adoção de cotas; 2) com adoção de cotas e 3) com adoção de bonificação. Os resultados obtidos indicam que, de fato, as atitudes positivas não sofrem influência direta do contexto. As atitudes negativas e expressões de preconceito flagrante foram mais expressivas no contexto de favorecimento direto ao grupo minoritário (contexto com cotas raciais). As expressões modernas de racismo são mais expressas no contexto com cotas. Vemos que há a coexistência de expressões implícitas e explícitas em qualquer dos contextos, contudo o contexto que aparecem mais expressões explícitas de racismo é o contexto de adoção de cotas raciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo. Preconceito racial. Cotas raciais.

**ABSTRACT:** The present work aims to analyze the influence of the context of the adoption of the quota policy for blacks in public universities on expressions of racism. In three contexts 1) without the adoption of quotas; 2) with the adoption of quotas and 3) with the adoption of a bonus. The results obtained indicate that, in fact, positive attitudes are not directly influenced by the context. Negative attitudes and expressions of blatant prejudice were more expressive in the context of direct favoring the minority group (context with racial quotas). Modern expressions of racism are best expressed in the context of quotas. We see that there is a coexistence of implicit and explicit expressions in any of the contexts, however the context in which more explicit expressions of racism appear is the context of the adoption of racial quotas.

**KEYWORDS:** Racism. Racial prejudice. Racial quotas.

## **Introdução**

---

<sup>1</sup> Professora do curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Acre - UFAC

<sup>2</sup> Professor titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Coordenador do Laboratório de Estudos dos processos Psicológicos e Sociais (LEPPS).



Todas Falar de racismo nos remete a frase de Chauí (2001, p. 25): “o silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava”. Exatamente, é esse o nosso propósito falar sobre racismo para compreender e combater suas expressões metamórficas, que em determinados contextos normativos de indejesabilidade de suas expressões, toma formas implícitas e camufladas, no entanto, em contexto, de promoção de equidades intergrupos, passa a tomar formas mais explícitas.

A complexidade no diagnóstico e percepção das expressões do racismo reside, de um lado, na compreensão de que “a maior parte das relações intergrupais são desiguais em status e poder” (Brown, 1995, p. 197), de outro, na constatação de que a existência de grupos sociais ou raciais e distinções entre grupos de pertença e grupo externo, por si só, não geram processos preconceituosos ou discriminatórios.

O racismo, não se restringe aos aspectos atitudinais. Ele engloba processos hierarquizadores de exclusão e discriminação social, institucional e cultural (Jones, 1973), baseados em características físicas ou fenotípicas dos grupos minoritários ressignificadas em características internas (subjativas) ou culturais. Possui, assim, um caráter essencialista e naturalista (Lima; Vala, 2004).

No entanto, o racismo apresenta algumas construções: primeiro, que a base para caracterizar o grupo é racial – raça é um construto biológico; segundo o racismo tem como premissa necessária a superioridade da própria raça e; terceiro, o racismo racionaliza práticas institucionais e culturais que formalizam a dominação hierárquica de um grupo racial sobre outro (Jones, 1973).

Contudo, considerada a inexistência de raças humanas baseadas numa dimensão biológica<sup>34</sup>, todas as teorias que correlacionam dimensões culturais, físicas e escalas hierárquicas entre tipos humanos não se sustentam. Por outro lado, a terminologia “raça” utilizada em diversos campos do conhecimento, como sociologia, antropologia, psicologia e ciência política, tem uma conotação mais abrangente do que aquela do referencial biológico. Portanto, para perspectiva sócio-cognitiva:

---

<sup>34</sup>“A biologia e antropologia física criaram a ideia de raças humanas, ou seja, a ideia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos [...] isso foi ciência por certo tempo e só depois virou pseudociência” (Guimarães, 2008:64)

<sup>4</sup> “a ciência ainda não identificado um conjunto de genes que correspondem com as concepções sociais de raça”. Blank, Dabady & Citro (2004).



a raça deve ser entendida como um fenômeno social *sui generis*, em que sistemas contestados de significação servem como conexões entre características físicas, rostos e características pessoais. [...] Raça não é nem uma essência nem uma ilusão, mas sim um processo contínuo, contraditório, de auto-reforço, processo sujeito a plasticidade para as forças macro de luta social e política e os efeitos de micro decisões diárias (López, 2013, p.240).

Pode-se dizer que a persistência no uso da terminologia “raça” se dá por dois motivos: o primeiro, da ordem das ideologias racistas (ostensivas, intolerantes e agressivas) e o segundo, decorrente dos movimentos sociais dos grupos minoritários (recriação de uma perspectiva racializada, com intuito de combater o racismo).

contudo o conceito de raça torna-se socialmente significativo quando os membros de uma sociedade rotineiramente dividem as pessoas em grupos com base na posse de características... utilizadas para estabelecer categorias raciais em que as pessoas são classificadas com base em seu próprio país ou seus antepassados às características físicas e quando, por sua vez, estas categorizações induzir diferentes percepções sociais, atitudes e comportamentos em relação a cada grupo. (Blank; Dabady; Citro, 2004).

Neste sentido, a “raça” serve como processo de categorização racial e consequente promotor de identidade social/racial tanto para brancos quanto para negros. Portanto, “não são só os negros que encontram suas identidades mediadas por raça ou que estão implicados na construção e manutenção de construtos raciais. A identidade branca é tanto uma invenção racial, e brancos são igualmente, ou até mais altamente, implicados na preservação do *status quo* racialmente construído” (López, 2013, p.240).

Tendo em vista diferentes motivações para uso do termo “raça”, seja socialmente ou no plano dos trabalhos científicos e acadêmicos, alguns teóricos atribuem seu uso à promoção de concepções racistas das relações sociais e às práticas do racismo (Gilroy, 2001; Miles, 2000; Azevedo, 2004). Outros, ao contrário, salientam que refutar a ideia de raça diante dos fatos sociais tem servido somente à manutenção da desigualdade racial (Winant, 2000; Guimarães, 1999).

Toda forma de pensamento racista possui uma fundamentação racializada, embora uma forma de pensamento racializado não precise necessariamente ser racista. Pelo contrário, o racismo antirracista reconhece que a realidade das raças é, antes, social, política e cultural, é geradora de dinâmicas sociais correspondentes que produzem iniquidades de acordo com os portadores das distintas aparências ou marcas raciais (Guimarães, 1999, 2002).



A raça<sup>5</sup> vista como uma construção social deve ser estudada pela sociologia, ciências sociais ou a psicologia no campo das identidades sociais. Neste sentido, se fala de cultura e de cultura simbólica, onde pode-se dizer que “raças” são efeitos de discursos (Wade *apud* Guimarães, 2008) que as sociedades humanas constroem acerca das suas origens e sobre a transmissão de essências e gerações (Guimarães, 2008).

Embora não se acredite hoje em hierarquias sociais baseadas em raças, a cor da pele serve ainda como um símbolo da discriminação existente (GUIMARÃES, 1995), tendo os censos e pesquisas amostrais sobre a população brasileira como provas empíricas da existência das assimetrias raciais (Paixão; Carvano, 2008).

As manifestações do racismo podem ser explícitas ou implícitas, diretas ou indiretas, a depender do contexto social e das normas sociais que regem as relações intergrupais.

*Na atualidade, as proibições legais sobre atos explícitos de discriminação racial e étnica não têm se mostrado suficientes para a redução do racismo. Por outro lado, parece estar ocorrendo uma mudança no conteúdo e nas expressões e comportamentos racistas.*

Compreende-se, desse modo, que não basta explicar o racismo mais aberto e agressivo de outrora (e.g., Adorno *et al*, 1950), indo além, é importante revelar as formas menos evidentes e mais difundidas do racismo. Esse é o caminho percorrido pelas abordagens que têm em comum a ideia da persistência de sentimentos e atitudes preconceituosas que não desafiam abertamente as normas antidiscriminatórias (Dovidio; Gaertner, 1986; Katz, Wackenhut; Hass, 1986; Mcconahay, 1986; Pettigrew; Meertens, 1995).

Pesquisas evidenciaram que coexistem expressões tradicionais e novas do preconceito racial e racismo. No entanto, as novas expressões do preconceito racial e do racismo têm se tornado mais evidentes justamente porque não ferem as normas antidiscriminatórias.

Os negros, para essa nova corrente, não são mais caracterizados por atributos de ordem pessoal, mas sim por atributos que caracterizam pessoas provenientes de culturas

---

<sup>5</sup> Segundo, Guimarães (2008:66), raças para sociologia “são discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas etc. pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências)”.



pouco desenvolvidas (Martinez; Camino, 2000; Da Silva, 2000; Da Silva; Machado; Camino, 2000; Camino; Silva; Machado; Mendonza, 2007) e as justificativas para manutenção das desigualdades são baseadas em desenvolvimento econômico e não mais na hierarquização das raças (Pereira; Vala, 2011; Pereira, Vala; Costa-Lopes, 2010; Pereira; Vala; Leyens, 2009).

Embora aspectos objetivos da discriminação racial permaneçam constantes em nossas sociedades, as expressões do preconceito parecem ter tomado formas diferentes e menos marcantes, coexistindo atitudes preconceituosas “implícitas” ou ocultas que visam precisamente manter a impressão de acomodação às normas antidiscriminatórias e antipreconceituosas impostas (Crosby *et all*, 1980; Dovidio, Mann; Gaertner, 1989; Harrison; Thomas, 2009).

Essas novas abordagens teóricas também pressupõem que, em consequência da reprovação normativa, as pessoas se adaptariam a essas pressões, inibindo expressões externas de discriminação, embora elas não tenham internalizado os novos valores e conservem subjetivamente atitudes preconceituosas e racistas.

Esse fenômeno pode ser explicado pela existência de dois processos de influência social diferentes, propostos, entre outros, por Kelman (1961) e Moscovici (1975) - os processos de *acomodação (compliance)* quando o indivíduo aceita a norma com objetivo de obter aprovação de outrem; *identificação (identification)*, que ocorre quando o indivíduo adota a norma para manter boas relações com outra pessoa ou com um grupo; e de *internalização ou conversão (internalization - conversion)*, quando a norma é aceita porque é intrinsecamente valorizada. Tratar-se-ia, portanto de uma adaptação psicológica às novas condições socioculturais.

Outros autores consideram que não se trata de uma questão meramente quantitativa (a redução na intensidade da expressão), mas de uma transformação qualitativa das formas de expressões do preconceito e do racismo, isto é, de novas formas de preconceito e racismo.

Com o objetivo de analisar essas novas formas de preconceito surgem diversas abordagens teóricas, que têm em comum a ideia de que a discriminação manifesta - que supõe crenças na inferioridade do grupo discriminado e rejeição do contato íntimo com os membros deste grupo - está sendo substituída por formas mais sutis de discriminação, tais como os conceitos de racismo simbólico (Sears; Mcconahay, 1973); teoria do racismo



moderno (Mcconahay, 1986); a teoria da ambivalência/amplificação das atitudes raciais (Katz, 1981; Katz; Wackenhut; Hass, 1986); a teoria do racismo aversivo (Dovidio; Gaertner, 1986); racismo sutil (Pettigrew; Meertens, 1995); no Brasil a teoria do “racismo cordial” (Turra; Venturi, 1995).

O *racismo aversivo* pode ser definido como o tipo de atitude racial sutil, não intencional, decorrente da característica de muitos americanos brancos que possuem fortes valores igualitários e a crença de que não são preconceituosos, mas que experienciam um tipo particular de ambivalência, resultante, por um lado, da assimilação de um sistema de valores igualitários e, por outro lado, da vivência de sentimentos e crenças negativos em relação aos negros. O que caracteriza esse tipo de racismo é a necessidade por parte dos brancos de manter uma autoimagem de pessoa igualitária (Gaetner; Dovidio, 1986; Dovidio; Gaetner, 1998).

A *teoria do preconceito sutil* se refere a duas formas de preconceito: a) o preconceito flagrante, direto e explícito, avaliado em duas dimensões, que são a percepção de ameaça pelo exogrupo (resultando na rejeição a este grupo) e a oposição em manter contato íntimo com os membros do exogrupo; e b) o preconceito sutil, que tem como fundamento a defesa dos valores do individualismo e crenças de que os grupos minoritários são beneficiados em demasia. Os preconceituosos sutis exageram as diferenças culturais entre o endogrupo e o exogrupo e se recusam a expressar reações emocionais positivas em relação aos membros dos grupos minoritários (Pettigrew; Meertens, 1995; Rodrigez *et all*, 2009).

O denominado “*racismo cordial*” brasileiro diz respeito a uma atitude que visa não ofender mais aquele que se discrimina. O estudo realizado pelo Instituto Datafolha e publicado no Jornal Folha de São Paulo, que originou o livro *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*, organizado por Turra e Venturi (1995), constatou que 89% dos brasileiros reconheciam a existência de preconceito racial no Brasil. Apesar da consciência da existência de um preconceito generalizado, só 10% admitia ser pessoalmente preconceituoso. O estudo constatou também que 87% dos brasileiros, apesar de não se reconhecerem como preconceituosos, revelavam, de forma indireta, algum tipo de preconceito. Com base nesses dados, chegou-se a afirmar que “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em imensa maioria, preconceito contra negros” (Rodrigues, 1995, p.11).



O racismo à brasileira, se caracteriza, portanto, por um discurso ideológico que nega o preconceito racial pessoal e responsabiliza a sociedade pela existência desse preconceito (Lima-Nunes; Camino, 2011), um racismo desprovido de intenção, muitas vezes em tom de brincadeira, mas eficiente ao produzir consequências aos direitos e às oportunidades para seus alvos (Guimarães, 1999).

A partir dessas correntes teóricas é possível inferir que nos países ocidentais o preconceito não se expressa, hoje em dia, pela atribuição de traços negativos a um grupo-alvo, mas pela negação de seus atributos positivos. Pode-se, portanto, afirmar que em certos países ocidentais as práticas discriminatórias estão adquirindo expressões mais sutis, revestindo-se de novas formas que visam preservar o respeito por uma normatividade social idealizada de não discriminação de grupos sociais, a partir de critérios de raça.

Essas novas formas de preconceito se expressam em crenças e práticas diferentes das típicas do racismo clássico, necessitando de novas medidas que possibilitem uma análise mais precisa desse fenômeno, sendo imprescindível, portanto, analisar no contexto social, específico, as novas justificativas ou novas causas que o preconceito vai adquirindo.

Certamente, o conjunto de mudanças culturais e econômicas, provenientes do processo de globalização, afeta as formas com que são vividas hoje as relações raciais, e introduz nelas as ambiguidades e contradições próprias do pós-modernismo (Bowser, 1995). Embora hoje não se acredite em hierarquias sociais na base das raças, a cor da pele serve ainda como um símbolo da discriminação existente (Guimarães, 1995). Portanto, é possível afirmar que o racismo é um discurso ideológico que justifica processos de discriminação social (Bowser, 1995; Van Dijk, 1997).

Integrante de um discurso proveniente das diversas crenças ideológicas cotidianas pré-formuladas pela elite e difundidas nas sociedades racistas, essas ideias não necessitam ser explicitamente racistas, mas servem de base para o chamado racismo de elite (Van Dijk, 1999/2006), no qual “os sentimentos gerais de superioridade social de classe ou educação entre as elites se transferem facilmente àqueles de raças e etnicidade [estando, portanto] mais orientados a assuntos culturais, tais como hábitos, religião, linguagem, educação e valores” (Van Dijk, 1999/2006, P. 223).



A pertença a um grupo, atinge o seu significado no processo de comparação social (Tajfel, 1981), que pressupõe uma avaliação permanente das diferenças existentes em relação aos outros grupos. Um aspecto resultante da comparação do endogrupo com exogrupo, por exemplo, é a privação relativa fraterna, onde os ganhos dos membros do endogrupo são percebidos como menos favoráveis do que aqueles dos membros do exogrupo. Teoricamente, a privação relativa fraterna apresenta dois aspectos: 1) pressupõe um certo grau de identificação com o grupo de pertença e 2) visa conduzir a um comportamento individual e coletivo construtivo, bem como para formas destrutivas ou negativas do mesmo.

Empiricamente, a relação entre privação relativa fraterna e relações intergrupais negativas é mista. Em alguns estudos, por exemplo, os sentimentos de privação relativa fraternal foram preditores para o comportamento intergrupar negativo. Nesse sentido, a sensação de injustiça de um grupo em comparação a outro parece ser crucial para a privação relativa fraterna e vem acompanhada de sentimentos negativos, como raiva e ressentimento.

Vale dizer, a teoria da privação relativa fraternal acrescenta um elemento importante para a teoria da identidade social, no qual são enfatizadas as consequências cognitivas da (i)legitimidade. Ela tenta fornecer alguns elementos essenciais para uma compreensão da ação coletiva negativa (Deridder *et al*, 1992).

A base para distinção intergrupar em termos raciais e, portanto, o primeiro passo na formação de atitudes raciais, quer positivas, quer negativas (Aboud, 1988; Goodman, 1964; Katz, 1976; Tajfel, 1981) é a categorização racial, caracterizada pela distinção de pessoas por meio de aspectos fenotípicos de natureza racial, como cor da pele, tipo de cabelo e estrutura facial (Brown, 1995; Ramsey, 1987; Rotheram *ET AL.*, 1987). Como forma de organização do mundo social em grupos raciais, a categorização racial serve de estratégia para inclusão ou exclusão de alguém em um determinado grupo (Kartz, *et al* 1983).

A autocategorização diz respeito ao conhecimento que o indivíduo tem da sua pertença a um grupo racial. No entanto, o grupo de pertença do indivíduo deve coincidir de alguma maneira com o reconhecimento externo (Rotheram *et al*, 1987). Isso porque a percepção das diferenças raciais aponta, mesmo que de modo rudimentar, ao *status* social dos grupos.



Sendo assim, quando um grupo é avaliado positivamente possui um alto *status* social, ao passo que uma avaliação negativa o reduz a um baixo *status* social (Ellermers, 1993). A autocategorização possui uma estreita relação com o *status* do grupo social, assim, para ter uma identidade social positiva, os indivíduos resistirão em se identificar com grupos de baixo *status* social ou tentarão uma mobilidade social (Tajfel, 1978).

A avaliação emocional da pertença tem sido definida em termos de afetos (amor ou ódio, gosto ou desgosto) (Condo; Brown; Williams, 1987) e de valor (Monteiro; Lima; Vala, 1991), ligados à própria ou a outras categorias. Esse processo tem sido estudado no campo da autoestima.

Os indivíduos geralmente utilizam estratégias para estabelecer uma identidade positiva, e, portanto, elevar sua autoestima. Na dimensão de comparação, podem fazer uso de duas estratégias: a mobilidade individual, na qual o indivíduo pode se dissociar do seu grupo, e a criatividade social, na qual os padrões de comparação são redefinidos pelos membros do grupo, seja comparando os grupos numa dimensão nova, seja mudando os valores relacionados com o *status* dos grupos (e.g., o “*Black is Beautiful*”<sup>6</sup>). Por consequência, mesmo permanecendo a dimensão de comparação, o sistema de valores a ela associado é invertido.

Outra estratégia para a obtenção de uma identidade positiva é através da competição social, na qual os membros do grupo de *status* baixo tentam ascender a uma identidade positiva através da competição com os membros dos grupos de alto *status* (ver França; Monteiro, 2002).

A política de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas além de ser um direito adquirido pelos grupos raciais minoritários tem um papel reparador dos processos históricos discriminatórios e racistas, servem como mecanismos de ascensão e representatividades das pessoas pertencentes aos grupos raciais minoritários e, portanto, representam, dado o contexto do ensino superior, um campo de competitividade e mudança social significativa para novas gerações pertencentes aos grupos minoritários.

## 1 Objetivos

---

<sup>6</sup> Beleza negra.



Mediante as lacunas de estudos acerca do impacto do contexto, de favorecimento às minorias, nas expressões do racismo, tem-se como objetivos:

## **1.1 Geral:**

Analisar a influência do contexto da adoção da política de cotas para negros nas universidades públicas nas expressões do racismo.

## **1.2 Específicos:**

1. Verificar a influência do contexto, quanto à existência do favorecimento aos grupos minoritários, para as expressões do racismo contra pessoas de cor negra.
2. Verificar a influência do racismo no posicionamento em relação às cotas para negros nas universidades.
3. Identificar e descrever o posicionamento em relação às cotas para negros nas universidades públicas.

O intuito é demonstrar o efeito do contexto nas expressões do racismo contra pessoas negras.

O contexto é avaliado através de três formas distintas da aplicabilidade das políticas de ações afirmativas nas universidades públicas. O primeiro contexto diz respeito a total ausência de políticas de ações afirmativas no processo seletivo da universidade pública; o segundo contexto se refere a um tipo de ação afirmativa, relativamente discreta, que atribui uma pontuação ponderada (bonificação) a nota final conseguida pelo candidato que atende ao critério da demanda social; e por último, o contexto no qual se adota o tipo particular de ação afirmativa, a discriminação positiva ou melhor a adoção de cotas para alunos provenientes de escolas públicas e para alunos pertencentes as minorias raciais.

Supomos que o preconceito racial é um processo subjacente que influencia o posicionamento contrário ou favorável à adoção da política de cotas para negros nas universidades.



## 2 Hipóteses

As hipóteses foram testadas em três blocos referentes aos construtos analisados: 1) as atitudes positivas; 2) as formas explícitas do preconceito incluindo atitudes negativas e o preconceito flagrante; e 3) as formas implícitas do preconceito incluindo o preconceito sutil e o racismo moderno.

## 3 ANÁLISES DO EFEITO DO CONTEXTO

H1 - As diferentes expressões do preconceito racial sofrerão a influência do contexto nas direções especificadas:

### 3.1 *Em relação às atitudes positivas*

H1a – Os valores das atitudes positivas, mensurados pela escala pró negros, serão maiores entre os participantes do contexto sem cotas do que entre os participantes do contexto com bonificação, que serão maiores do que o dos participantes do contexto com cotas.

### 3.2 *Em relação às medidas explícitas*

H1b – Os valores das atitudes negativas, mensurados pela escala antinegros, serão maiores entre os participantes do contexto com cotas do que entre os participantes do contexto com bonificação que serão maiores do que os dos participantes do contexto sem cotas; e

H1c – Os valores do preconceito flagrante, mensurados pela escala do preconceito flagrante, serão maiores entre os participantes do contexto com cotas, do que entre os participantes do contexto sem cotas, que serão iguais aos apresentados pelos participantes no contexto com bonificação.

### 3.3 *Em relação às medidas implícitas*



H1d – Os valores do preconceito sutil, mensurados pela escala do preconceito sutil, serão maiores entre os participantes do contexto sem cotas, do que entre os participantes do contexto com cotas, que não apresentarão diferenças em relação aos participantes do contexto com bonificação; e

H1e – Os valores do racismo moderno, mensurados pela escala do racismo moderno, serão maiores entre os participantes do contexto sem cotas do que entre os participantes do contexto com cotas que, por sua vez, serão maiores do que os dos participantes do contexto com bonificação.

### 3.4 Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa quantitativa com delineamento *ex post facto* que visa estudar o efeito da variável independente (contexto) na dependente (racismo).

A pesquisa foi realizada em 03 (três) Universidades Federais<sup>7</sup> do nordeste brasileiro. A coleta dos dados foi realizada no período abrangido entre os meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012. A seleção dos participantes foi não probabilística e seguiu o critério da conveniência.

### 3.5 Participantes

Participaram da pesquisa 940 estudantes universitários, sendo 31,5% (n=296) da Universidade com benefício (“B”), 31,5% (n= 297) da universidade com cotas (“C”) e 36,9% (n=347) da universidade sem cotas (“S”).

Destes são 40,1% (n=361) do sexo feminino e 59,9% (n=540) do sexo masculino, quanto a distribuição por universidades ( $\chi^2_{(2;901)} = 9,752$ ;  $p < 0,01$ ). A distribuição percentual do sexo por universidade está relativamente equilibrada.

Quanto a cor da pele<sup>8</sup> (N=940) 17,1% (n=160) se consideraram negros, ao passo que 79,3% (n=743) se declararam brancos e 3,6% (n=34) se autodeclararam “amarelo”,

<sup>7</sup> B – Com bonificação (argumento de inclusão - AI); C – com cotas sociais e raciais; S – sem cotas ou bonificação.

<sup>8</sup> Distribuição da cor da pele recodificada para branco ou negro, tomando por base o questionário: quanto a cor de pele (N=940) 3,6% (n=34) se consideraram negros; 13,4% (n=126) moreno com predomínio de



“pardo” ou “índio”. A distribuição da cor da pele (brancos e negros) por universidade ( $\chi^2_{(2;903)} = 9,185$ ;  $p < 0,05$ ): dos que se autodeclararam negros 28,7% são da B; 41,3% da C 30,0% da S; dos brancos 32,3% são da B; 29,2% da C e 38,5% da S. Pode-se perceber que na universidade que adota cotas (C) o percentual de negros foi maior do que nas universidades que não possuíam cotas.

A renda média familiar dos respondentes foi de R\$ 6.053,45 (DP = 5.345,82) esta renda média alta se justifica porque participaram da pesquisa, em sua maioria, estudantes de cursos elitizados, cujas famílias normalmente possuem um alto poder aquisitivo. Dos estudantes com rendas acima da média 34,7% eram da universidade B; 22,9% da universidade C e 42,7% estudavam na universidade S. Já os que declararam renda inferior a média 31,6% eram da universidade B; 36,3% da universidade C e 32,0% provenientes da universidade S.

Mais da metade (64,2%) dos estudantes estava no início do curso (1º ao 3º período); 21,0% no meio (4º ao 6º período) e os demais (14,8%) no último ano do curso ou já haviam passado da primeira metade dele.

No que se refere às áreas de conhecimento dos cursos, 34,4% (n=323) dos estudantes estavam na área de saúde – prevalência do curso de Medicina, 78,2% (n=262); 25,1% (n= 236) nas ciências exatas – prevalência do curso de Engenharia Civil, 55,8% (n=135); e 31,1% (n=298) eram estudantes de ciências humanas – predominância do curso de Direito, 97% (n=296). Quanto a distribuição das áreas de conhecimento por universidade ( $\chi^2_{(4;851)} = 27,441$ ;  $p < 0,001$ ), pode-se constatar que, de um modo geral, a área de exatas foi a menos contemplada, sendo consideravelmente pouco representada na universidade B, com apenas 14,0%, nesta mesma universidade quase a metade (47,2%) dos alunos são da área da saúde e 37,6% de humanas. Na universidade C 33,3% provem da área da saúde, 32,5% de exatas e 31,7% de humanas. Na universidade S foi a que teve

---

negro; 45,7% (n=429) branco; 33,5% (n=314) moreno com predomínio de branco e 3,6% (n=34) se autodeclararam “amarelo”, “pardo” ou “índio”



uma distribuição mais equitativa, 36% da área de humanas; 32,3% da saúde e 31,7% de exatas.

Quanto a forma de ingresso na Universidade, a maioria 96,3% (n=894) entrou por meio do vestibular tradicional ou PSS (processo seletivo seriado), ao passo que 2,9% (n=27) entraram por cotas sociais e 0,8% (n=7) por cotas raciais. Os estudantes que aderiram o ensino superior via cotas sociais ou raciais, denominados de cotistas, foram excluídos das análises, por dois motivos, primeiro porque estão em número muito reduzido para fazer uma análise comparativa e segundo porque acreditamos que sejam qualitativamente diferenciados, no sentido da problemática que estamos estudando e podem provocar uma variância de erros nos resultados sobre análise do racismo no contexto de cotas.

## 4 Contexto<sup>9</sup>

Os contextos avaliados foram 03 (três) instituições do ensino superior: Universidade S (contexto sem cotas), Universidade C (contexto com cotas) e Universidade B (contexto com bonificação).

As instituições de ensino superior, supracitadas, foram escolhidas, inicialmente por pertencerem a mesma região geográfica do país, associado ao fato de apresentarem sistemas seletivos distintos para entrada no ensino superior, entre si, quanto ao aspecto da adoção de cotas para pessoas negras nas universidades.

## 5 Procedimentos

### 5.1 Procedimentos para Coleta de Dados

Nas universidades, foram contatados os coordenadores de cursos, mediante carta de solicitação para execução da pesquisa. Eles encaminhavam a solicitação aos

---

<sup>9</sup> Ao se falar da variável contexto, remete-se a característica da universidade, que pode ser de três tipos quanto a implantação do sistema de cotas raciais – com cotas; com benefício e sem cotas



professores, que tinham disponibilidade para ceder o horário da aula para aplicação dos questionários aos alunos que, voluntariamente, decidiam participar da pesquisa.

## **5.2 Procedimentos para análise dos dados**

A análise dos dados foi composta por análises exploratória, bivariada e multivariada para predição. As análises estatísticas foram realizadas através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

## **5.3 Instrumentos**

Foram aplicados os seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico, escalas de atitudes pro e antinegros, escalas dos preconceitos sutil e flagrante, escala do racismo moderno. Os referidos instrumentos serão descritos a seguir.

## **5.4 Questionário sociodemográfico**

O questionário sociodemográfico composto por pelas variáveis: idade, sexo, renda familiar, religião, local de estudo (universidade), curso universitário e período. Objetivou caracterizar os participantes em termos sociodemográficos.

## **5.5 Avaliação do Preconceito Racial e Estereótipos**

Para avaliação do preconceito racial foram utilizadas três medidas, descritas a seguir:

As **Escalas Pró e Anti-Negros**<sup>10</sup> (Katz; Hass, 1988) foram utilizadas como indicadores de atitudes positivas e negativas em relação aos negros, provenientes da ambivalência entre o reconhecimento da necessidade de justiça social para os negros e a ideia de que estes não se esforçam o suficiente para alcançar o sucesso. Os autores especificam que existe uma relação entre a adesão aos valores sociais e o posicionamento

---

<sup>10</sup> As atitudes pró-negros e anti-negros serão referenciadas, respectivamente, como atitudes positivas e atitudes negativas em relação aos negros.



as atitudes pró-negros e anti-negros. Compostas por 10 itens cada uma, a escala varia em 05 pontos (discordo totalmente ao concordo totalmente). A análise fatorial exploratória da escala das Atitudes Pró e Anti-negro com rotação *Varimax* apontou dois fatores: 1) Atitudes Pró-negro (ex. *Os negros não possuem as mesmas oportunidades de emprego que os brancos possuem*) com variância explicada 19,9%, e 2) Atitudes Anti-negro (ex. *De modo geral, os negros não aproveitam as oportunidades que lhes são dadas no trabalho e na escola*) com variância explicada 16,7%. Apresentaram alfas de Cronbach elevados respectivamente  $\alpha=0,72$  e  $\alpha=0,77$ . Autovalores 3,49 e 3,02 respectivamente. As cargas fatoriais dos itens: (“*A maior parte dos negros não sofre discriminação racial no Brasil*”; “*A maioria dos negros tem capacidade e motivação para serem bem sucedidos na vida*”; “*A maior parte das empresas do nosso país demonstram um grande interesse em tratar os seus empregados negros e brancos de forma igual*”) não foram satisfatórias apresentando valores inferior a 0,3, portanto, esses itens foram suprimidos da constituição das variáveis atitudinais utilizadas nas análises seguintes. Apresentou KMO elevado (0,801) explicando 36,16% da variância total.

As escalas do **Preconceito Sutil e do Preconceito Flagrante** (Pettigrew; Meertens, 1995) compostas por 20 itens, 10 dos quais avaliam preconceito sutil, a escala de preconceito sutil, é composta de uma sub-escala sobre valores tradicionais (4 itens), outro sobre valores culturais (4 itens), e uma sub-escala sobre preconceito afetivo (2 itens) e os outros 10 avaliam o preconceito flagrante, que compreende uma sub-escala de rejeição e ameaça (6 itens) e outra da intimidade (4 itens). Escala de tipo Likert, de 1 = discordo totalmente e 5 = concordo totalmente). Para cada escala, por meio da análise fatorial exploratória com rotação *Varimax*, foi forçada a estrutura unifatorial, obtendo-se: 1) atitudes sutis (*Os negros recebem apoio governamental mas poderiam passar sem ele*) com variância explicada 26,90%, autovalor 2,69;  $\alpha = 0,46$  e, 2) atitudes flagrantes (*Os negros vêm de raças menos capazes e isso explica porque eles não estão tão bem quanto a maioria das pessoas brancas*) do preconceito com variância explicada 32,23%, autovalor 3,23;  $\alpha = 0,64$ .

E a **Escala do Racismo Moderno** (McConahay, 1986) para medir as atitudes raciais públicas no contexto da norma antirracista que condena expressões abertas de racismo. Constituída por 08 (oito) itens decorrentes de crenças e avaliações de que: *os negros possuem demasiado respeito e consideração; que recebem mais benefícios que*



*outros grupos apesar do preconceito e discriminação contra eles já terem sido extintos há muito tempo e, que só não estão melhores porque são desorganizados. A escala varia de 05 pontos (discordo totalmente a concordo totalmente). A escala do racismo moderno apresentou um índice de consistência interna satisfatório  $\alpha=0,75$ ; os resultados indicaram uma pertinência da realização desta análise (KMO =0,795); Teste de Esfericidade de Bartlett = 604,54;  $p < 0.001$ ). Análise dos componentes principais com rotação *Varimax* fixando em 01 (um) único fator referente à negação da existência do preconceito racial contra pessoas negras, a exemplo dos itens: *os negros não são discriminados no Brasil e não necessitam de ajuda oficial, mas de se organizarem melhor*. Esta medida será utilizada como medida de expressão do racismo moderno (sutil, simbólico e indireto).*

## 5.6 Avaliação do Favorecimento Endogrupal

Para a avaliação do favorecimento endogrupal, isto é, avaliação do posicionamento em relação à política de cotas para negros nas universidades públicas, se fez uso de dois indicadores: **Proporção<sup>11</sup> de vagas reservadas para pessoas negras** no processo seletivo para ingresso nas universidades públicas. As opções de resposta variavam de 100% (todas as vagas para os negros) a 0% (não deve haver nenhuma reserva de vagas para negros). Em seguida foi pedido que os estudantes justificassem a resposta. Em seguida eram questionados quanto à **atribuição de justiça à proposta de política de cotas para negros**, numa escala de 0 (Nada Justa) a 4 (Extremamente Justa), quão justa eles consideravam a reivindicação por parte do movimento negro no que se refere à política de cotas para negros nas universidades públicas. Em seguida eram solicitados a justificar seu posicionamento

## 6 Análises e Discussões dos Resultados

O estudo do preconceito racial e do racismo contra os negros foi possível através de 03 (três) medidas. Cada medida se refere a aspectos particulares das relações intergrupais conflituosas. O primeiro aspecto é composto pelas atitudes positivas e

---

<sup>11</sup> Para efeito de cálculos os índices percentuais são transformados em indicadores que variavam de 0 a 10.



negativas em relação aos negros, esta configuração foi mantida por ser tradicionalmente utilizada na literatura e por se tratar de duas dimensões coexistentes e ambivalentes do fenômeno do preconceito (Katz; Hass, 1996). A segunda medida é referente a proposta do preconceito sutil (Petigrew; Meertens, 1995), também analisada em duas dimensões, a sutil e a flagrante, que, assim como as atitudes, são coexistentes. Por fim, a terceira e última medida se refere ao racismo moderno (Mcconahay, 1986).

Desta forma, se tem uma medida de expressão positiva (atitudes positivas), duas medidas de expressões discretas (preconceito sutil e racismo simbólico) e duas medidas de expressões abertas e negativas (atitudes negativas e preconceito flagrante).

O contexto tem um papel importante para análise das relações intergrupais, pois a depender do contexto, o resultado do contato pode ser positivo (Christ et al, 2014) ou negativo (Sherif, 1966; Sherif; Sherif, 1964), na medida que pode reduzir ou aumentar o preconceito. O preconceito é resultante não só da interação interpessoal, mas também do contexto no qual se estabelece o contato. (Christ et al, 2014).

No presente trabalho, o contexto de análise é o da implantação das cotas raciais (favorecimento ao grupo minoritário) que pode gerar tensões e conflitos raciais, provenientes de sentimentos de ameaça vivenciado pelo grupo majoritário em relação ao grupo minoritário (Stephan *et al*, 2002).

Tendo em vista, por um lado, a importância do contexto social em que são vividas as relações racializadas e, do outro lado, a realidade de promoção de favorecimento ao grupo minoritário, pode-se pensar que a adoção a políticas públicas de favorecimento aos grupos minoritários em um contexto histórico de manutenção das desigualdades e exclusões sociais, e, portanto, perpetuação do status quo do grupo dominante, despertaria neste grupo uma percepção de privação relativa e o conseqüente protesto diante da percepção de perda de alguns benefícios que lhes são concedidos por “direito”.

Diante da ideia de que cada grupo social deva permanecer “nos seus devidos lugares” para manutenção da ordem social, o grupo dominante reivindicará seu espaço e perceberá o outro (grupo minoritário) como ameaçador e oportunista e, portanto, passível de hostilidades social, sendo desta forma, legitimada qualquer expressão ou ação decorrente do preconceito, por hora indireto e implícito, em conformidade com as normas antirracistas, passando a ser expresso de forma direta e explícita, salientando, portanto, a sua forma tradicional.



As relações entre o contexto e as diversas expressões positivas, discretas e manifestas de preconceito e racismo são investigadas a luz de possíveis interações com as variáveis identitárias (autocategorização, identificação racial e percepção de proximidade com negros) e com as variáveis normativas (motivações de controle do preconceito, normas sociais e orientação a dominância social).

A fim de tornar mais claros os resultados obtidos, o trabalho foi dividido em sessões: a primeira referente a influência do contexto nas expressões de atitudes positivas, expressões explícitas (atitudes negativas e preconceito flagrante) e expressões implícitas do preconceito racial (preconceito sutil e racismo moderno) e a segunda referente a análise do posicionamento dos participantes acerca do sistema de cotas.

## ***6.1 Efeito do contexto nas atitudes positivas e negativas nas expressões do preconceito sutil e flagrante e nas manifestações do racismo moderno.***

A presente seção, tem como objetivo aprofundar e testar empiricamente as questões suscitadas. Especialmente, se deseja verificar qual o papel do contexto de favorecimento ao grupo minoritário nas expressões do preconceito racial e do racismo.

Para este efeito serão utilizadas três medidas do preconceito racial e do racismo, sendo que cada medida se refere a aspectos particulares das relações intergrupais conflituosas. As primeiras serão as escalas de atitudes positivas e de atitudes negativas (Katz; Hass, 1996). Em seguida, as medidas do preconceito sutil (Petigrew; Meertens, 1995) composto por dimensões, a escala do preconceito sutil e a escala do preconceito flagrante. Por fim, a medida do racismo, através da escala de racismo moderno (Mcconahay, 1986). Contudo, os dados serão organizados em três blocos: o primeiro referente às atitudes positivas; o segundo referente às medidas explícitas do preconceito (atitudes negativas e preconceito flagrante) e, o terceiro referente às medidas implícitas do preconceito (preconceito sutil e racismo moderno).

Para testar o impacto do contexto nas diversas manifestações do preconceito racial, conduzimos diversas ANOVAs, na qual as variáveis independentes eram: o contexto (cotas, bonificação e sem cotas); a identidade e as normas sociais e, as variáveis dependentes foram as atitudes positivas e negativas; os preconceitos sutil e flagrante e o racismo moderno contra os negros.



## 6.2 *Efeito nas atitudes positivas*

Para verificar o efeito do contexto nas atitudes positivas, foi realizada uma ANOVA, tomando como variável independente o contexto (com cotas vs sem cotas vs com bonificação). Os resultados indicam que não houve um efeito significativo do contexto nas atitudes relação aos negros ( $F(2,901) = 0,784$ ;  $p = n.s.$ ). O contexto com cotas ( $M = 3,74$ ;  $DP = 0,63$ ) (HSD de Tukey,  $p = ns$ ) não difere dos contextos com bonificação ( $M = 3,69$ ;  $DP = 0,66$ ) (HSD de Tukey,  $p = ns$ ) nem do contexto sem cotas ( $M = 3,73$ ;  $0,68$ ) (HSD de Tukey,  $p = ns$ ) e o contexto com bonificação e sem cotas também não diferem quanto as atitudes positivas (positivas em HSD de Tukey,  $p = ns$ ).

A hipótese H1a, que previa valores mais elevados das atitudes positivas no contexto sem cotas do que no contexto com bonificação, que seriam maiores do que no contexto com cotas, foi refutada, pois o contexto não apresentou um efeito nas atitudes positivas.

## 6.3 *Em relação às medidas explícitas*

As medidas explícitas são compostas por duas formas de expressão do preconceito racial mais abertas e diretas, as atitudes negativas e o preconceito flagrante.

## 6.4 *Efeito nas atitudes negativas*

O efeito do contexto nas atitudes negativas contra os negros foi verificado através de uma ANOVA. Os resultados indicaram um efeito significativo ( $F(2,901) = 10,736$ ;  $p < .001$ ) do contexto nas atitudes negativas. As atitudes negativas foram mais expressas no contexto com cotas ( $M = 2,79$ ;  $0,69$ ), do que nos contextos com bonificação ( $M = 2,60$ ;  $p = 0,69$ ) (HSD de Tukey,  $p < .005$ ) e sem cotas ( $M = 2,54$ ;  $0,69$ ) (HSD de Tukey,  $p < .001$ ). As expressões de atitudes negativas são semelhantes nos contextos com bonificação e sem cotas (HSD de Tukey,  $p = n.s.$ ). Portanto, a hipótese H1b foi parcialmente confirmada. De fato, os participantes do contexto com cotas apresentaram mais atitudes negativas do que os participantes do contexto com bonificação. Em contrapartida, não houve



diferenças nas expressões das atitudes negativas entre os contextos de bonificação e o contexto sem cotas, os resultados foram divergentes do proposto pela hipótese.

## **6.5 Efeito no preconceito flagrante**

Na análise da influência do contexto nas expressões do preconceito flagrante foi constatado um efeito significativo ( $F(2,889) = 26,033; p < .001$ ), sendo o preconceito flagrante mais expressivo no contexto com cotas ( $M=1,71; 0,53$ ), do que nos contextos com bonificação ( $M=1,56; p=0,35$ ) (HSD de Tukey,  $p < .001$ ) e sem cotas ( $M=1,54; 0,58$ ) (HSD de Tukey,  $p < .001$ ). Nos contextos com bonificação e sem cotas o preconceito flagrante foi igualmente expresso (HSD de Tukey,  $p=ns$ ). Os dados confirmam a hipótese H1c que previa mais preconceito flagrante expresso pelos participantes do contexto com cotas, do que pelos participantes do contexto sem cotas, e que os contextos sem cotas e com bonificação seriam semelhantes nas respostas, principalmente nas expressões flagrantes, porque são contextos que não enfatizam o aspecto racial.

## **6.6 Em relação às medidas *implícitas***

Nesta seção serão apresentados os resultados referentes ao efeito do contexto no preconceito sutil e no racismo moderno.

## **6.7 Efeito no preconceito sutil**

Para análise do papel do contexto nas expressões do preconceito sutil foi feita uma ANOVA, cujos resultados indicam que não houve um efeito significativo do contexto nas expressões do preconceito sutil ( $F(2,883) = 2,025; p=0,13$ ). Desta forma, nos contextos com cotas ( $M=2,62; DP=0,46$ ), com bonificação ( $M=2,66; DP=0,43$ ), e sem cotas ( $M=2,58; DP=0,44$ ) as respostas dos universitários sobre o preconceito sutil são iguais.

## **6.8 Efeito no racismo moderno**



Na análise das manifestações do racismo moderno houve um efeito significativo do contexto ( $F(2,902) = 4,728; p < 0,01$ ). O racismo foi mais expressivo no contexto com cotas ( $M=2,25; DP=0,71$ ) do que no contexto sem cotas ( $M=2,08; DP=0,71$ ) (HSD de Tukey,  $p < .05$ ) e não houve diferenças significativas em relação ao contexto com bonificação ( $M=2,13; DP=0,71$ ) (HSD de Tukey,  $p > .05$ ). Nos contextos com bonificação e sem cotas, as manifestações médias do racismo moderno não diferem (HSD de Tukey,  $p > .05$ ).

Mediante os resultados obtidos da relação entre o contexto e o racismo não foi possível corroborar a hipótese H1e, que previa que os valores do racismo moderno, mensurados pela escala do racismo moderno, serão maiores entre os participantes do contexto sem cotas do que entre os participantes do contexto com cotas que, por sua vez, serão maiores do que os dos participantes do contexto com bonificação. O contexto com cotas promotor de maior contato entre os membros dos dois grupos (com cotas), provoca no grupo majoritário atitudes racistas veladas e simbólicas, principalmente, pela percepção de que os negros estão ocupando espaços, a exemplo da universidade, que antes “pertenciam” apenas aos brancos.

Na teoria do racismo moderno há a percepção de que os negros recebem mais do que merecem e que violam os valores de igualdade e liberdade, importantes na sociedade (McConahay, 1986; Lima e Vala, 2004). No contexto com cotas, no qual os negros são beneficiados, a expressão do racismo aumenta, justamente, porque concomitante à ideia de promoção da igualdade de oportunidades (os negros não são mais alvos de discriminação podendo agora competir e adquirirem aquilo que almejam) neste caso poder estudar para passar no vestibular mediante exame igual para todos, existe uma recusa em aceitar uma igualdade de benefícios. Pois, a despeito da existência de discriminação e exclusão social dos negros se tem a crença de que os negros ao violarem esses valores põem em risco a permanência do status quo das relações inter-raciais (Lima e Vala, 2004). Ademais, a relação entre o contexto e o racismo é mediada pela área de formação acadêmica e o racismo sofre influência do sexo.

## 7 SÍNTESE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO



As hipóteses, do presente estudo, sobre o efeito do contexto nas expressões do preconceito racial e do racismo previam que no contexto que vigora o favorecimento ao grupo minoritário, caracterizado pela universidade que aderiu a política de cotas para negros, as expressões do preconceito racial seriam mais explícitas do que no contexto que não há favorecimento ao grupo minoritário (isento de cotas ou bonificação). Previam ainda que esse efeito seria reduzido quando comparado ao contexto com bonificação a grupos desfavorecidos. Por outro lado, na universidade que não adota nenhum tipo de favorecimento para os grupos minoritários o preconceito racial seria expresso de forma mais sutil, indireta, implícita. Os resultados obtidos indicam que, de fato, as atitudes positivas não sofrem influência direta do contexto, a H1a, portanto foi refutada. As atitudes negativas (H1b) e expressões de preconceito flagrante (H1c) são mais expressivas no contexto de favorecimento direto ao grupo minoritário (contexto com cotas raciais). A hipótese H1d, sobre a influência do contexto nas expressões do preconceito sutil, não foi confirmada. Na análise referente ao racismo moderno, ocorreu um efeito contrário do esperado na hipótese H1e não foi confirmada pois as expressões modernas de racismo são mais expressas no contexto com cotas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se na realidade do Brasil o reconhecimento pelos brasileiros da existência de preconceito e discriminação racial contra os negros no Brasil (Turra; Venture, 1995) e que, portanto, os negros estariam em desvantagens em relação aos brancos, o que remete a elevadas atitudes positivas em relação aos negros, entretanto, a visão de que os negros possuem atributos mentais desviantes, que impossibilitariam o desenvolvimento pleno, desperta atitudes negativas contra os negros (Katz; Hass, 1988). Portanto, a dupla percepção de desvantagem e desvio pode gerar sentimentos conflitantes de simpatia e antipatia.

Segundo a teoria do preconceito ambivalente as atitudes conflitantes estão correlacionadas a valores provenientes da cultura americana (que o Brasil tem como “modelo”), as atitudes negativas se relacionam positivamente a valores humanitários e igualitários e as atitudes negativas a valores dos individualistas e meritocráticos. Apesar da ênfase atribuída a adesão a valores do individualismo e da meritocracia na expressão



de atitudes discriminatórias dirigidas aos negros, a teoria do preconceito ambivalente não analisa as atitudes em contextos competitivos (ver Katz; Hass, 1988).

Nosso trabalho se preocupou em verificar a influência do contexto de competição que prioriza o mérito como forma de ascensão, ao ensino superior, nas atitudes em relação aos negros, acreditamos que esse espaço competitivo por excelência ganha uma dose extra de competitividade e questionamentos quando é introduzido uma medida de reparação de processos históricos excludentes, discriminatórios e racistas a uma grande parcela da população.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W., FRENKEL-BRUNSWIK, E., LEVINSON, D. & SANFORD, R. N. *The authoritarian personality*, New York: Harper & Row. 1950.
- ALLPORT, G. W. *The Nature of Prejudice*. New York. Basic Books. 1954/1979.
- AZEVEDO, C. M. M. *Anti-Racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Editora Annablume, 2004.
- BAUMAN, Z. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro, Zahar. 1998.
- BAUMAN, Z. *Comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1998.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: I. CARONE & M. A. S. BENTO (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (pp. 25-57). Petrópolis: Vozes. 2002.
- BILLIG, M. *Social psychology and intergroup relations*. London: Academic Press. 1976.
- BILLIG M. *Ideology and opinions: Studies in Rethorical Psychology*. London, Sage. 1991.
- BLANK, R. M., DABADY, M. & CITRO, C. F. (EDTS). *Measuring racial discrimination / Panel on Methods for Assessing Discrimination*, National Research Council. Committee on National Statistics, Division of Behavioral and Social Sciences and Education. Washington, DC: The National Academies Press. 2004.
- BOWSER, B. P. *Racism and Anti-racism in World Perspective*. California, Sage. 1995.
- BROWN, R. *Prejudice: Its social Psychology*. Oxford: Blackwell. 1995
- CAMINO, L. Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8, 16-42. 1996.



CAMINO, L., DA SILVA, P., MACHADO, A., & PEREIRA, C. . A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista de psicologia política*. 1, (pp. 13-36). 2001.

CAMINO, L., SILVA, P., MACHADO, A. & MENDOZA, R. El prejuicio racial en Brasil: sus formas encubiertas de expresión. In: J. Gissi & D. Sirlopú (org.). *Asedios a la psique latino-americana. Aportes desde la Psicología política, Psicología comunitaria y Psicología social*. (pp. 183-204). Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile. 2007.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense. 2001

CHRIST, O.; SCHMID, K.; LILLIOT, S.; SWART, H.; STOLLE, D.; TAUSCH, N.; AL RAMIAH, A.; WAGNER, U.; VERTOVEC, S. & HEWSTONE, M. Contextual effect of positive intergroup contact on outgroup prejudice. *PNAS* 2014; published ahead of print March 3, 2014, doi:10.1073/pnas.1320901111. 2014.

CROSBY, F., BROMLEY, S. & SAXE, L. *Recent unobtrusive studies of Black and White discrimination and prejudice*. *Psychological Bulletin*, 87, 546-563. 1980.

DERIDDER, R., SCHRIJER, S.G.L. & TRIPATHI, R.C. Norm violation as a precipitating factor of negative intergroup relations. In: DeRidder, R. & Tripathi, R.C. (Eds). Oxford Calderon Press. 1992.

DOVIDIO, J.F. & GAERTNER, S.L. (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press. 1986.

DOVIDIO, J. F., MANN, J., & GAERTNER, S.L. “Resistance to affirmative action: The implications of aversive racism” in Blanchard, F. e Crosby, F. (Eds.) *Affirmative Action in Perspective*, New York, Springer-Verlag. 1989.

DUPAS, G. – Economia Global e Exclusão Social. São Paulo, Paz e Terra. 2ª edição. 2000.

GAERTNER, S. L. & DOVIDIO, J. F. The aversive form of racism. In DOVIDIO. F. & GAERTNER (Eds). *Prejudice, discrimination, and racism: Theory and research* (61-89). Orlando, FL: Academic Press. 1986.

GILROY, P. *Against Race: Imagining Political Culture Beyond the Color Line*. Cambridge, MA: The Belknap Press of the Harvard University Press. 2001.

GUIMARÃES, A. S. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34 Ltda. 1999.

GUIMARÃES, A. S. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Editora 34 Ltda. 2002.

GUIMARÃES, A. S. Cor e Raça: Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: Sansone, L. e Pinho, O. A. (ogs.), *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador, Associação Brasileira de Antropologia: ADUFBA. 2008.



HARRISON, M. S. & THOMAS, K. M. The hidden prejudice in selection: A research investigation on skin color bias. *Journal of Applied Social Psychology*, 39 (1), 134-168. 2009.

JONES, J. M. *Racismo e preconceito*. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Edgard Blücher/Edusp. 1973.

JONES, J. E. The Rise and Fall of Affirmative Action. In: Hill, H: Jones, J. (eds). *Race in American: The Struggle for Equality*. Madison, University of Wisconsin Press. 1993.

JUNIOR, J. F. & ZONINSEIN, J. Introdução: a consolidação das ações afirmativas no ensino superior brasileiro. In ZONINSEIN, J. & JÚNIOR, J. F. (orgs) *Ações afirmativas no ensino superior brasileiro*, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 350p. 2008.

KATZ, I. *Stigma: A social psychological analysis*. Hillsdale, New Jersey, Erlbaum. 1981.

KATZ, I., WACKENHUT, J. & HASS, R.G.- “Racial ambivalence, value duality, and behavior” In J.F. Dovidio e S.L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press. 1986

KATZ, I. & HASS, R. G. Racial ambivalence and american value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of personality and social psychology*, 55 (6), (pp.893-905). 1988.

LIMA-NUNES, A. V., LINS, S. L., CAMINO, L. & TORRES, A. R.. Social insertion and racial prejudice: distance from black people and sócio-political variables. *Portuguese Journal of Social Issues*. 9 (1), 3-17. 2013.

LÓPEZ, I. F. H. The Social Construction of Race. In Delgado, R. & Stefancic, J. *Critical race theory: the cutting edge*. Temple University Press Philadelphia, Third Edition, Pennsylvania. 2013.

MARTINEZ, I. & CAMINO, L. - Brasil es Racista, Brasil no es Racista: El discurso social como determinante de las diferencias percibidas entre blancos, negros y morenos. *Comunicação apresentada no VII Congresso de Psicologia Social da Espanha. 26-29 de Setembro. Oviedo, Espanha. 2000.*

MCCONAHAY, J.B. Modern Racism, ambivalence, and the modern racism scale” in J.F. Dovidio & S.L. Gaertner (Eds.) *Prejudice, Discrimination, and Racism*, New York, Academic Press. 1986.

MILES, R. “Apropos the Idea of ‘Race’...Again”. In: LES BACK & SOLOMOS, J. (orgs). *Theories of Race and Racism: a Reader*. London and New York: Routledge: 125-143. 2000.

LIMA-NUNES, A. V. & CAMINO, L. Atitude político-ideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial? *Psicologia & Sociedade*; 23 (1): 135-143. 2011.



PAIXÃO, M. & CARVANO, L. M. Censo e Demografia: a variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: Sansone, L. e Pinho, O. A. (orgs.), *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador, Associação Brasileira de Antropologia: ADUFBA. 2008a

PAIXÃO, M. & CARVANO, L. M. Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil; 2007-2008. Ed. Garamond, Rio de Janeiro. 2008b.

PEREIRA, C. R., & VALA, J. A legitimação da discriminação em diferentes contextos normativos. In E. M. TECHIO & M. E. LIMA (Eds.), *Cultura e produção das diferenças: Estereótipos e preconceito* (pp. 363-404). Brasília: TechnoPolitik. 2011.

PEREIRA, C., VALA, J., & COSTA-LOPES, R. . From prejudice to discrimination: The legitimizing role of perceived threat in discrimination against immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 40, 1231-1250. doi: 10.1002/ejsp.718. 2010.

PEREIRA, C., VALA, J., & LEYENS, J.-P.. From infra-humanization to discrimination: The mediation of symbolic threat needs egalitarian norms. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 336–344. doi: 10.1016/j.jesp.2008.10.010. 2009.

PETTIGREW, T. F. & MEERTENS, R. W. Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 203-226. 1995.

PETTIGREW, T. F. & MEERTENS, R. W.. Is subtle prejudice really prejudice? Public Opinion Quarterly Volume 61:54–71. 1997 by the American Association for Public Opinion Research All rights reserved. 0033-362X/97/6101-0003\$02.50 Downloaded from <http://poq.oxfordjournals.org/> at Universidade Federal da Bahia on November 9, 2011.

PETTIGREW, T. F. The social science study of American race relations in the twentieth century. *Social and Personality Psychology Compass*, 2, 318-345. 2008.

RODRIGUES, F. Racismo Cordial. In Turra, C. & Venturi, G. (orgs) *Racismo Cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. Folha de São Paulo/Datafolha, Ed. Ática. São Paulo. 1995.

SHERIF, M. *Group conflict and cooperation: Their social psychology*. Londres: Routledge e Kegan Paul. 1967.

SHERIF, M. & SHERIF, C. W. *Reference groups*. New York: Harper and Row. 1964.

SHERIF, M. & SHERIF, C. W. *Groups in harmony and tension*. New York: Octagon Books. 1966

SILVA, P.B., & DA SILVA, P. Representação Social de Estudantes Universitários sobre Cotas na Universidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 24(3), 525-542, (2012). <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/517><http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/517>



STEPHAN, W. G., BONIECKI, K.A., YBARRA, O. BETTENCOURT, A., ERVIN, K.S., JACKSON, L. A., MCNATT, P.S., & RENFRO, C.L. The role of threats in the racial attitudes of blacks and whites. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28, 1242-1254. 2002.

TAJFEL, H.. *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup behavior*, Londres, Academic Press. 1978a

TAJFEL, H. *The social psychology of minorities*. London School of Economics. 1978b.

TAJFEL, H. *Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte. 1981

TURRA, C. & VENTURI, G. Racismo cordial: a mais complete análise sobre preconceito de cor no Brasil. Folha de São Paulo/Datafolha. Editora Ática, São Paulo. 1995.

VAN DIJK, T. A. Ideología: una aproximación multidisciplinaria. Editorial Gedisa, S.A. Barcelona España. 1999/2006.

VAN DIJK, T. A. *Racismo y analisis crítico de los medios*. Buenos Aires, Paidós. 1997.

WETHERELL, M. Identities Groups and Social Issues. The Open University Califórnia, EUA. 1996.

WINANT, H. The Theoretical Status of the Concept of Race. In: LES BACK & SOLOMOS, J. (orgs). *Theories of Race and Racism: a Reader*. London and New York: Routledge. 2000.

ZONINSEIN, J. & JÚNIOR, J.F. A consolidação da ação afirmativa no ensino superior brasileiro. In. ZONINSEIN, J. & JÚNIOR, J.F. (orgs). *Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro*. Ed. EFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.